



CELEBRANDO OS 100 ANOS DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: um relato comentado de memórias de experiências vivenciais

Leila Lima Santos¹

Resumo

O presente ensaio resulta da apresentação no Colóquio da XII JOINPP: "IMPERIALISMO, COLONIALISMO, RACISMO E GUERRAS: balanço e perspectivas emancipatórias" / 100 anos do Serviço Social na América Latina, realizado na cidade universitária Dom Delgado, em São Luís, no Maranhão, em 2025. Assim sendo, pretende trazer algumas considerações, não a partir de um ponto de vista de reflexão teórico-metodológica, mas sim como um relato comentado de memórias das experiências vivenciais de uma profissional do Serviço Social em suas etapas de formação acadêmica, docência universitária, pesquisa e capacitação e, por fim, como funcionária internacional no campo da migração forçada.

Palavras-chave: Ciências sociais; influência da Igreja; memórias; migração forçada; ONU; Serviço Social.

CELEBRATING 100 YEARS OF SOCIAL WORK IN LATIN AMERICA: a commented account of memories of living experiences

Abstract

The present essay results from the presentation at the Colloquium of XII JOINPP: "IMPERIALISMO, COLONIALISMO, RACISMO E GUERRAS: balanço e perspectivas emancipatórias" / 100 anos do Serviço Social na América Latina (XII International Conference on Public Policies: "IMPERIALISM, COLONIALISM, RACISM AND WARS: balance and emancipatory perspectives" / 100 years of Social Work in Latin America), held at the university city Dom Delgado, in São Luís, Maranhão, in 2025. Therefore, it intends to bring some considerations, not from a point of view of theoretical-methodological reflection, but rather as a commented report of memories of the experiential experiences of a Social Work professional in her stages of academic training, university teaching, research and training and, finally, as an international employee in the field of forced migration.

Keywords: Social sciences ; influence of the Church; memories ; forced migration; ONU; Social Work.

Artigo recebido em: 15/06/2026 Aprovado em: 25/08/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30Epe29481>

¹ Ex-Funcionária do ACNUR. E-mail: liminha57@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente documento-memória se inicia com o papel da doutrina social da Igreja na conscientização política de estudantes universitários durante a década de 1960, seguido imediatamente pela aproximação às ciências sociais críticas e seus métodos de pesquisa na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG).

Uma etapa posterior foi constituída pelo trabalho no Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats) e as propostas convergentes de “reconceitualização” do Serviço Social na América Latina. Por fim, registra-se o papel da normativa do direito internacional, do direito dos refugiados, dos direitos humanos e do direito internacional humanitário em tarefas relacionadas à proteção e assistência de refugiados e deslocados internos, nas quais o Serviço Social também está presente.

Considerando que os temas da formação e da intervenção profissional do Serviço Social no campo das políticas públicas são de inegável domínio e qualidade por parte dos ilustres participantes do Colóquio da XII JOINPP: “IMPERIALISMO, COLONIALISMO, RACISMO E GUERRAS: balanço e perspectivas emancipatórias” / 100 anos do Serviço Social na América Latina do qual participei – reafirmo a conveniência de que o tema da migração forçada adquira relevância crescente na formação curricular do Serviço Social. O peso do tema migratório é expressão do sistema produtivo capitalista vinculado à desigualdade socioeconômica e às crises ecológica, tecnológica e de governança internacional. O Serviço Social pode, nos próximos anos, seguir aprofundando a relação entre as políticas públicas e as soluções globais requeridas.

O convite por parte dos organizadores para participar desse importante colóquio representa para mim um ato simbólico que valoro em forma especial, na medida em que são conscientes de que estou há muitos anos afastada da Escola de Serviço Social em Belo Horizonte, 1972-1976, do Celats, em Lima, entre 1976-1982 e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), de 1983 a 2003. A esses períodos soma-se o tempo da aposentadoria, durante os últimos 20 anos. Estou há quatro décadas desconectada do marco formal da profissão. Isso não nega laços de conexão com variados coletivos de trabalho, nem pretende ser uma fuga dos desafios e exigências que me cabem como cidadã.

Está implicitamente incluído o período de aposentadoria, porque nele se desataram problemas agudos e alarmantes de caráter global para a humanidade. É a forma que encontro para acompanhar todos vocês nestes 100 anos da criação da primeira escola de Serviço Social no Chile, em 1925, que iniciou o processo de novas escolas no continente.

O que se pode reconhecer com inegável satisfação é que as mudanças acadêmicas e investigativas propostas na década de 1970 deram origem a uma robusta geração de profissionais que

nunca abdicaram de projetos integrais qualitativamente melhorados. E, como corresponde à experiência e ao conhecimento acumulados, temos atualmente melhores diagnósticos sobre o estado de nossa realidade brasileira e latino-americana. Estamos sempre em busca da verdade — verdade que, por outro lado, nunca será completa nem definitiva.

2 O IMPACTO DA IGREJA

A presença da Igreja como instituição começa para mim no seio de uma família de origem rural, católica e cumpridora de ritos e devoções, numa época anterior ao processo de secularização e modernização, quando a urbanização em Minas Gerais dava seus primeiros passos. A minha irmã mais velha, forte modelo de comportamento familiar, membro da Juventude de Adultos Católicos (JAC), em Uberlândia, me motivou a participar da Juventude Estudantil Católica (JEC).

A partir do ingresso na UCMG, em Belo Horizonte, em 1962, com 19 anos, fui dirigente regional ativa da Juventude Universitária Católica (JUC), que me cooptou de forma intensa. A irradiação dela sobre minha formação em Ciências Sociais e ação política nunca representou um dilema irreconciliável. Devo, sim, esclarecer que, a partir do meu desdobramento intelectual, fui abandonando a prática religiosa e cultivando uma visão humanista e universalizante.

A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, criada na década de 1940 ao calor das clássicas tradições europeias de corte católico-confessional, de vocação assistencialista e com técnicas básicas de visita domiciliar, foi modernizada na década de 1950 com um sentido pragmático e profissionalizante, incorporando técnicas de diagnóstico de caso, grupo e organização comunitária, voltadas ao enfrentamento da pobreza.

O pensamento da JUC havia transitado de uma estrita reorientação espiritualista para uma postura política contra o chamado subdesenvolvimento e a dependência internacional. A convergência entre a JUC e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi definitiva na conformação da Ação Popular (AP), que se definiu oficialmente pelo “socialismo humanista”. Como militante estudantil católica, participei dos emblemáticos seminários sobre Consciência Histórica, do padre Henrique Vaz.

Por outro lado, a Teologia da Libertação da década de 1960, inspirada no Concílio Vaticano II (1962-1965) e na Conferência de Medellín do Segundo Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho - Celam (1968), relia o Evangelho a partir de uma decidida “opção pelos pobres” e dialogava com o marxismo, a sociologia crítica e a economia política para explicar as causas da injustiça social, as relações de opressão e os métodos de educação baseados na teoria freiriana. Esses movimentos chegaram a influir também na aposta pela luta armada, com alguns sacerdotes na

América Latina (o padre e sociólogo Camilo Torres, na Colômbia) e no Brasil (padre Alípio de Freitas e alguns dominicanos em São Paulo que apoiaram militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Esses impulsos organizativos e mobilizadores não tiveram em geral longa vida, pela ação e efeitos da repressão, pela reação das hierarquias eclesiásticas conservadoras e sua aliança com as correntes neoliberais. Não obstante, permaneceram como exemplos morais, éticos e de práxis política que questionavam, epistemológica, teológica e politicamente, uma realidade socioeconômica em desacordo com os valores cristãos. O que ocorria no continente latino-americano, e não somente aqui, era a surpreendente convergência de duas tendências filosóficas aparentemente irreconciliáveis em uma prática social, através dos postulados da sociologia crítica, com destaque para o marxismo.

A presença institucional da Igreja não se ancorou apenas na etapa da minha formação universitária e da docência, mas também se fazia presente no Celats. Ali, o interesse político da democracia cristã alemã se unia ao de um organismo internacional que impulsionava a carreira do Serviço Social. E, paradoxalmente, buscava também uma terceira via, equidistante tanto do domínio econômico e político-cultural norte-americano na América Latina quanto do modelo burocrático do comunismo soviético.

Em vários de nossos debates sobre o Serviço Social na América Latina, se indagava sobre as razões pelas quais os alemães apoiavam de forma tão decidida o movimento de Reconceituação do Serviço Social nos anos 1960-1970, através do Instituto de Solidariedade Internacional da Fundação Konrad Adenauer (ISI -FKA), do Celats e da Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social (Alaeits). De fato, em seus mais de 60 anos de presença no continente, a Fundação Konrad Adenauer (KAS) dedicou durante mais de 15 anos robustos e regulares fundos ao Serviço Social latino-americano. Isso motivou a FKA a criar o ISI e, posteriormente, a apoiar de maneira tão decisiva o Celats como organismo de Alaess (hoje Alaeits).

A Alemanha saía debilitada econômica e, sobretudo, politicamente da Segunda Guerra Mundial e buscava “reparar-se”, “branquear-se” historicamente de seu passado nazista. Para isso, buscava construir um novo sistema de desenvolvimento e de democracia sob o conceito de uma “economia social de mercado”, uma nova ordem que pressupunha partidos políticos ativos, formação de trabalhadores organizados e de quadros profissionais próximos à sua realidade cotidiana. As centrais de trabalhadores e a profissão de Serviço Social foram vistos pela democracia cristã como instrumentos dessa estratégia.

A experiência do Celats, obviamente, também se revestia de enormes paradoxos: uma profissão aparentemente intranscendente para efeitos da transformação social — na prática, um elo poderoso e cômodo para a sociedade conservadora detentora do poder no continente —, de repente era vista, do ponto de vista geopolítico por uma potência mundial capitalista, como fator importante de

contenção diante de dois modelos sociais que aprofundavam a desigualdade social e as restrições às liberdades públicas.

E, paradoxal também, que os financiadores do projeto Celats demonstrassem grande flexibilidade frente às propostas investigativas e de capacitação provenientes de um grupo de profissionais claramente decididos a explorar os argumentos da reconceitualização. Os impasses, interpelações e tensões entre os diretivos do Celats e os assessores alemães foram administrados - e superados - com base na argumentação racional, diálogo e tolerância.

É possível que os assessores alemães não tenham duvidado de nossa genuína busca para entender a profissão, melhorar seus padrões acadêmicos, graças ao fato de testemunhar na convivência diária nossa atuação sempre distante de uma militância política partidária. No Celats não tive as indeléveis influências religiosas que permearam o pensamento e a ação de minha formação universitária da década de 1960.

Ao longo das duas décadas em que trabalhei no Agência da ONU para Refugiados (Acnur), interagi novamente com assistentes sociais ligados a organizações, ONGs da igreja católica ou de outras matrizes religiosas. Entre elas, caritas diocesanas, comissões católicas para as migrações, a emblemática Vicaria da Solidariedade, o Serviço Jesuíta para Refugiados, a Congregação dos Padres Escalabrinianos, especializada em fluxos migratórios. Do lado evangélico, as igrejas luteranas e episcopais, sobretudo Misericórdia, Diakonia e Pão para o Mundo.

As Nações Unidas contam com mais de 6 mil ONGs como entidades consultoras, via Conselho Econômico e Social (Ecosoc) ou como parceiras implementadoras de seus projetos e programas. O Acnur, concretamente, sempre valorizou a participação das igrejas comprometidas com os direitos humanos, estudos e projetos de paz e reconciliação, e como plataformas institucionais para oferecer assistência material nos centros de acolhida a refugiados ou deslocados.

No Brasil, as dioceses do Rio de Janeiro e de São Paulo foram cruciais para o atendimento a refugiados latino-americanos da época das ditaduras militares no Cone Sul ou, mais recentemente, a fluxos de refugiados colombianos, venezuelanos, africanos e asiáticos.

3 O APORTE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA UCMG E NO CELATS

Sendo fiel aos propósitos deste relato-memória, mencionarei meu relacionamento, com as Ciências Sociais, à semelhança do que fiz com a religião. O papel das Ciências Sociais na etapa de um Serviço Social confessional cristão, foi praticamente irrelevante. A partir da década de 1950, correntes desenvolvimentistas emergiram com força. Por sua vez, nas décadas de 1970 e 1980, sentiu-se o embate de sociologias, antropologias e psicologias mais críticas, em particular do marxismo

aprofundado por assistentes sociais a partir das décadas de 1980 e 1990. Já no fim do século XX, essas correntes se consolidaram no projeto ético-político.

Aceder à universidade significava fundamentalmente seguir a corrente estabelecida pelo valor social atribuído à educação como ferramenta de ascensão social. Fazer uma carreira superior outorgava prestígio, acercamento a uma cultura urbana e independência pessoal.

Naquele momento, a universidade não despertava necessariamente em mim uma emoção especial por uma disciplina social. É possível que o fato de ter escolhido a carreira de Serviço Social tenha respondido a tradicionais sentimentos de compaixão cristã impulsionada por uma assistente social amiga da família e diretora do programa do Serviço Social do Comércio (SESC) em Uberlândia.

Foram necessárias várias décadas para que o Serviço Social encontrasse um marco conceitual e de intervenção mais adequado para responder aos interesses de nossa estrutura socioeconômica e política. Na década de 1960, os currículos das escolas de Serviço Social incluíam teorias sociológicas, políticas, antropológicas, culturais e psicológicas, com abordagens sobre estruturas sociais, movimentos e conflitos, história da filosofia e, sobretudo, o papel do Estado e suas políticas sociais. Governos, com apoio de organismos internacionais, promoviam o Desenvolvimento de Comunidade, prática de campo que pude realizar através do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop). Aos poucos, novos campos de intervenção surgiram com populações urbanas e rurais. No entanto, prevaleciam ferramentas investigativas quantitativas, além de técnicas como a entrevista domiciliar e os “questionários”. O exercício de acumulação de conhecimento tinha ainda um caráter neutral e de legitimação de estilo de vida.

Esse era o quadro dominante quando irrompeu a Reconceituação, não necessariamente de forma massiva, mas sim de impacto em algumas escolas do Brasil. A realidade do capitalismo dominante e excludente, as lutas antirraciais, os movimentos por direitos civis, a Guerra do Vietnã e outros fatores abriram espaço para o surgimento de setores intelectuais de esquerda e de teorias do conflito na sociologia norte-americana. Foi assim que o Serviço Social nos Estados Unidos também teve expressões radicais equivalentes à Reconceituação latino-americana.

4 O MÉTODO BH E O CELATS

Muito tem se investigado e analisado sobre a experiência da Escola de Serviço Social da UCMG e seu “método BH” na América Latina, especialmente no Brasil, o que me exime de entrar em mais detalhes. Destaco apenas algumas peculiaridades, extraídas da entrevista que nossa excelsa colega e amiga Marilda Vilela Iamamoto me fez para a Revista Em Pauta nº 20, em 2007, onde afirmei o seguinte:

Trata-se de uma experiência **totalizadora**, na medida em que abarcou a formação acadêmica — ensino, pesquisa e extensão; de **aprofundamento teórico**, incluindo nova leitura sobre o Serviço Social dentro da história; de busca por **novos campos de trabalho**, selecionando novos espaços de prática e novos setores sociais, relevantes para a transformação social; de avanço em um **novo método de pesquisa para o conhecimento e a ação**, baseado em “aproximações sucessivas” dentro do esquema de pesquisa-ação; de criação de **novos currículos estruturados em unidades de aprendizagem** integradas a conteúdos teórico-práticos; de explicitação de uma **dimensão política** da prática profissional, dentro das lutas de emancipação social, em aliança com forças de esquerda e movimentos sociais; de implementação de **avaliações conjuntas** entre professores, alunos, monitores e supervisores em equipes de prática inovadoras e interdisciplinares (Lima, 2007, grifo nosso).

A escola de Serviço Social da UCMG representou uma prática de resistência naqueles anos de ditadura militar no Brasil. Muitos dos temas abordados estão sendo hoje melhor entendidos e analisados. Tínhamos uma viva consciência de nosso vínculo com a problemática e desafios da América Latina, facilitada pelos Seminários do ISI. A nossa singular experiência era certamente isolada no nível interno e, ao mesmo tempo, muito conectada e sintonizada com os desafios e vivências mais avançadas do Serviço Social no continente.

Sem dúvida, a Escola de Serviço Social de Belo Horizonte representou uma ruptura importante com os tradicionalistas paradigmas da profissão. E se bem, essa foi uma experiência com claras limitações, estabeleceu referentes teórico-metodológicos problematizadores (Batistoni *apud* Iamamoto; Santos, 2021).

Anos depois, o projeto Método BH seria alvo de sérias e justificadas críticas apontando ambiguidade e ecletismo teórico, metodológico, ideológico e político; ao mesmo tempo que foram reconhecidos grandes avanços, como o diálogo com as Ciências Sociais, a adoção de compromisso político com a realidade social e a participação dos profissionais na formulação de políticas públicas.

O projeto seria interrompido em 1975, em pleno período de ditadura militar. Uma greve estudantil, que buscava avançar na proposta política da escola, levou as autoridades militares a exigir da direção da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS-UCMG) uma lista dos nomes dos líderes grevistas. Para evitar essa situação, a direção e o corpo docente, em bloco, decidiram se demitir, apostando que a demissão não seria aceita e que continuaríamos robustecidos em nossos cargos com um projeto reconceitualizador legitimado. O inesperado ocorreu então: em um contexto de forte repressão e vigência do AI-5, as autoridades da UCMG optaram por fechar a escola, buscando evitar assim mais graves consequências. E a experiência da escola, guiada por um projeto de ruptura, tornou-se ela mesma vítima de um corte extremo, radical e foi, infelizmente, soterrada literalmente.

No entanto, o processo renovador latino-americano do Serviço Social seguiria seu caminho. O Celats assumiu a causa da corrente pioneira Reconceitualizadora. O Celats acabou por

latino-americanizar o processo iniciado de forma dispersa em várias regiões do continente, integrando geográfica e intelectualmente experiências semelhantes de muitas faculdades e departamentos do Serviço Social da América do Sul, América Central, México e Caribe, América do Norte e Europa. Houve ainda forte colaboração com cientistas externos e instituições acadêmicas como Centro de Estudos e Promoção de Desenvolvimento (Desco) e Instituto de Estudos Peruanos (IEP) (Peru), Conselho Superior Universitário Centro-americano (Csuca) (Costa Rica), Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso) (América Latina) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e outras com ampla experiência investigativa e interesses convergentes.

O avanço disciplinar do Celats foi integrado, combinando abordagens teóricas, metodológicas, investigativas, profissionais e sociopolíticas. Os diversos programas e projetos de suas atividades entrelaçaram o desenvolvimento de categorias conceituais com a metodologia de análise e a produção de modalidades de investigação, que eram também explicitamente debatidas e transformadas em instrumentos de capacitação para professores e alunos, sendo posteriormente difundidas por meio de produções escritas, como os Cadernos Celats, a Revista Ação Crítica e livros lançados em convênio com editoras argentinas (Ecro e Humanitas) e brasileiras (Cortez e Moraes, hoje Cortez), com as quais o Celats estabeleceu frutíferos acordos.

O debate teórico no interior do Celats, entre coordenadores acadêmicos e investigadores era permanente. Em meio à consulta a muitos autores e analistas de nossos países, havia certamente um empenho em estudar Marx, embora isso frequentemente acontecia por meio de mediações de outros teóricos marxistas. Não se alcançou um domínio profundo dessa teoria — filosófica, socioeconômica e política — por parte da maioria. Mérito de poucos, os demais nos limitamos a familiarizar-nos com seus princípios e principais postulados. Uma categoria especialmente abordada foi a do “Estado”, para entender seu papel no sistema produtivo e reprodutivo do sistema socioeconômico, como regulador do mercado, promotor do crescimento, das obras públicas de infraestrutura e da distribuição da riqueza. Além disso, buscava-se compreender seu papel na prestação de serviços públicos para mitigar as necessidades dos cidadãos e, naturalmente, seu manejo político entre os donos do capital e os trabalhadores assalariados. Daí também que o conceito de “Políticas Sociais” do Estado ocupasse grande espaço no debate.

Outro núcleo de máximo interesse foi o da “Questão Social” e da “Ação Social”, também em razão da natureza da profissão. Por extensão, discutiam-se “Participação” e “Movimentos Sociais”. Havia proximidade com os trabalhos sobre marginalidade e com o instituto do governo peruano Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social (Sinamos), que foi um ator dinâmico e controverso no tema da mobilização popular.

A “metodologia do trabalho científico” e as diferenças entre o método de investigação e de exposição também nos tiraram muito sono. Bastante se havia avançado desde que o caso, o grupo e a comunidade deixaram de ser aceitos como meios reais de produção de conhecimento (década de 1960). Ademais, houve uma crítica ao “metodologismo” dessa época consistente em priorizar etapas e momentos da ação investigativa em detrimento do diagnóstico da realidade onde se trabalhava e sobre valoração da inserção no terreno do investigador (Santos; Rodrigues, 1985, p.107).

O que ocorreu com a abordagem metodológica no Celats foi um afastamento dos estudos estatísticos quantitativos, e uma aproximação notória às investigações teórico-históricas sobre o Serviço Social. (1976). Esses estudos alcançaram níveis de profundidade e qualidade crescente, notoriamente com a investigação de Iamamoto e Carvalho (2003), obra por excelência no manejo das categorias marxistas que marcou um hiato na compreensão da natureza do Serviço Social, demonstrando a unidade integrada do socioeconômico e político do que fazer profissional no marco das relações sociais de produção das classes sociais.

Houve também grande avanço com experiências com comunidades urbana e agrária sob a pesquisa ação participativa (investigação ação) de Orlando Fals Borda (2010), método alternativo que incorpora os próprios atores locais na descrição e análise de seus problemas para canalizar suas reivindicações. Segundo esse enfoque, os setores populares não são mais somente objeto de estudo e, sim, pesquisadores ativos das diferentes etapas do processo de investigação, do uso de seus resultados e soluções próprias, articulando teoria e prática em que a pesquisa não se separa da ação. Algo parecido foi a proposta do matemático e cientista colombiano Germán Zabala Cubillos (2004). Ele trabalhou, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com populações pobres e excluídas da Colômbia. Manteve acercamento com o grupo Golconda de sacerdotes e setores católicos comprometidos com o método freiriano de educação popular e com o padre Camilo Torres, inspirados todos no Concílio Ecumênico. O seu Método de Educação Integral (MEI) foi utilizado com grupos de sacerdotes e ativistas.

Cabe, por fim, destacar o grande acerto do Celats ao empreender projetos de capacitação, instrumentalizados através de seminários, grupos de trabalho, cursos à distância e presenciais com professores, estudantes e profissionais, inclusive de outras disciplinas além do Serviço Social. O apoio do Celats ao Congresso Brasileiro de Serviço Social (Congresso da Virada) e ao encontro das entidades sindicais em São Paulo, em 1979, alcançou ampla repercussão política com importantes desdobramentos. O projeto editorial do Celats somou-se a essa tarefa de capacitação e difusão desses eventos. Em benefício da formação acadêmica, seu Mestrado em Serviço Social (MLATS), inaugurado em 1977 em Honduras, foi de fato o primeiro (e único?) curso de pós-graduação criado com caráter continental. Até então, havia apenas dois programas de pós-graduação na América

Latina, em São Paulo e Rio de Janeiro. Hoje existem mais de 30 cursos de mestrado e entre 15-20 cursos de doutorado.

A saída da KAS como ente financiador ocorreu após meu ingresso no Acnur, o que não impede de reconhecer que como diretivos não soubemos preparar alternativas de sobrevivência autônoma *vis a vis* da KAS, afetando também a Alaeits.

5 NAÇÕES UNIDAS, PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA

A experiência na UCMG e no Celats, quase 20 anos, esteve centrada na instância acadêmica, docente e investigativa. Agora, com o ingresso em um organismo internacional como o Acnur, surgia o desafio de uma nova prática profissional em um campo de aplicação diferente, que em nada negava a formação em Serviço Social na medida em que requeria de atenção material, social e psicológica ao refugiado. O Acnur estabelece convênios com entidades estatais, ONGs nacionais e internacionais para coordenar a assistência e promover a autogestão dos refugiados. Essas entidades, em geral, contam com um número expressivo de assistentes sociais.

Ademais, o exercício dos assistentes sociais da “proteção internacional” – mandato central do Acnur – envolve, sobretudo, um corpo de juristas especializados em direito internacional (direito dos refugiados, direito internacional humanitário e direitos humanos), encarregados de impulsionar legislação internacional e nacional em favor das vítimas do desarraigo forçado. Tornam-se indispensáveis também profissionais conhecedores da história e da conjuntura política dos conflitos sociais e militares nos países de origem ou nos destinos dos fluxos de refugiados. Do mesmo modo, são necessários especialistas em gestão de projetos de desenvolvimento aos quais os refugiados se associam, ou projetos individuais que os auxiliem em sua integração local. No campo das relações internacionais, é fundamental contar com funcionários experientes para a captação e gestão de fundos nacionais e internacionais destinados ao financiamento da diversidade de programas de atenção humanitária, regular ou de emergência.

O cruzamento forçado de fronteiras como fenômeno mundial, está repleto de emergências que exigem grande preparo logístico e de programação, com a participação de inúmeros profissionais. Os principais órgãos internacionais de monitoramento da migração forçada (Acnur, Organização Internacional para Migrações - OIM, Internal Displaced Monitoring Center - IDMC etc.) apontam mais de 123 milhões de pessoas entre 2023 e 2024. Na América Latina e no Caribe, registrou-se em 2024 um total de 25 milhões (refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados internos e apátridas, dos quais 17.5 milhões correspondem a migrantes mistos internacionais e 6.7 milhões a venezuelanos).

Como organismo internacional o Acnur responde a tarefas que vão desde negociação diplomática ao acompanhamento físico de refugiados em desamparo absoluto em precários campos de sobrevivência, requerendo criatividade organizacional e funcional que integre esta multiplicidade de demandas.

5.1 Experiências de campo

Muito rapidamente posso comentar que minhas primeiras experiências de campo na Cidade do México (1983) foram voltadas a conhecer o cotidiano de centenas de refugiados dispersos naquela imensa metrópole, em sua grande maioria latino-americanos provenientes do Cone Sul – chilenos e argentinos eram os mais numerosos, além de uruguaios, brasileiros e nicaraguenses – e a forma como eram assistidos por ONGs internacionais e nacionais e principalmente pela Comissão Mexicana de Ajuda aos Refugiados (Comar). A categorização desses refugiados, profissionais de origem urbana, alta escolaridade e militância política, permitiu que vivessem no Distrito Federal com relativa independência.

O estreito contato do Acnur com refugiados políticos provenientes de contextos altamente repressivos estimulam a criação de projetos de atenção individual, grupal com fortalecimento de redes jurídicas. O Acnur representava para estes refugiados uma referência maior de segurança para refazer suas vidas, em colaboração com o governo mexicano, de longa tradição de asilo na América Latina.

Experiência distinta se daria em minha seguinte designação, Honduras, onde os refugiados eram camponeses provenientes de El Salvador, expulsos massivamente pelo confronto armado entre governo e guerrilha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). O governo hondurenho negou-lhes a possibilidade de integração urbana e os confinou em campos fechados, em áreas afastadas e sob estrita vigilância militar. Esses refugiados eram acusados de ser simpatizantes da guerrilha. O Acnur e ONGs os acompanhavam fisicamente nesses campos de refugiados, onde, com apoio internacional, foi possível desenvolver projetos artesanais de produção de roupas, calçados, carpintaria, além de escolarização. A alimentação era fornecida por doações da comunidade internacional através do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Cáritas Diocesana de Honduras e da Confraternidade Evangélica de Honduras (Cedem). O programa Médicos Sem Fronteiras (MSF) foi responsável pelo sistema de água e saneamento dos acampamentos.

Em Honduras, fui chefe do Escritório Regional do Ocidente do país e, como tal, responsável institucional pela função de proteção internacional em uma zona rural isolada, a 60 km da fronteira salvadorenha. Em algumas oportunidades, os refugiados sofreram abusos, maus-tratos por parte das forças especiais do exército hondurenho, o que requeria ações mandatárias junto às

autoridades nacionais. Ali o Acnur era também o coordenador responsável pela posta em marcha de todos os projetos de ação e promoção humanitária. Essa situação permite visualizar claramente a indispensável fusão de tarefas de vários profissionais.

A minha nova experiência no sul do México com indígenas guatemaltecos assentados próximos à fronteira de seu país foi altamente estimulante pela dimensão de integração social. Os projetos produtivos agrícolas chegaram a ser referência regional e modelo nacional. O Programa de Educação Bicultural (PEB) com mais de 3.500 refugiados de oito grupos étnicos diferentes, muitos monolíngues, imprimiu a esse projeto grande complexidade.

Todos esses projetos permitiram reafirmar elementos culturais de sua vida anterior comunitária, reforçando nesse caso a organização de mulheres tradicionalmente submetidas à violência machista alcançando geração de renda em projetos produtivos.

Crianças refugiadas nascidas nos assentamentos no sul do México obtiveram nacionalidade mexicana. Com os Acordos de Paz em Guatemala (1996) metade dos 44 mil refugiados se repatriou voluntariamente e os demais permaneceram, então, como residentes mexicanos nos assentamentos e povoados dessa região.

A designação a El Salvador como chefe do escritório me permitiu viver a satisfatória etapa do retorno a seu país dos refugiados salvadorense em acampamentos fechados por até 12 anos. Também como no caso dos indígenas guatemaltecos, o Acordo de Paz em El Salvador estimulou repatriações massivas de mil a quatro mil pessoas em cada operação. Assim, repovoavam-se terras vazias desde o êxodo de mais de uma década atrás. O regresso dos refugiados foi também aproveitado pelos deslocados internos das mesmas zonas para recuperar suas pequenas propriedades.

Foram momentos de grande euforia e mobilização, que mereceram a visita de Paulo Freire a essas comunidades em reconstrução. Essas repatriações foram realizadas no marco do Acordo de Paz entre o governo civil (Duarte, presidente democrata-cristão eleito após décadas de ditadura militar) e o FMLN, sob os auspícios da Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu Departamento de Operações de Paz, mas sob a resistência de parte das autoridades militares assentadas nas zonas de conflito.

Uma nova etapa de experiência profissional ocorreu entre 1992 e 1998. Eu fui cedida pelo Acnur para o monitoramento desde a Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (Onusal), do Acordo de Paz entre o governo civil e a guerrilha do FMLN e, em seguida, para a Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (Minugua), no Acordo de Paz entre o governo guatemalteco e a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG). Ambos os grupos armados se desmobilizaram, entregaram as armas e aceitaram sua conversão em partidos políticos. As duas

missões tiveram como objetivos básicos supervisionar o cumprimento de acordos para deter a violação sistemática dos direitos humanos, frear o desarraigamento forçado da população, fortalecer o poder civil, redefinir o devido papel das forças armadas, criar uma nova polícia civil, reformar o sistema eleitoral, desenhar reformas socioeconômicas e agrária, implementar uma Comissão da Verdade.

Nas Missões de Paz, tive a oportunidade de constatar a aplicação de generosos recursos financeiros, técnicos e institucionais da comunidade internacional para diagnosticar a realidade desses países, até então só conhecida a partir da perspectiva dos poderes estabelecidos, sem incluir a versão das vítimas estigmatizadas pela cultura dominante.

Para concluir, devo dizer que essas experiências foram acompanhadas de múltiplas tensões político-diplomáticas na programação, execução e avaliação no cumprimento dos acordos entre as partes. A rejeição, sobretudo aos resultados dos acordos de paz, foi evidente por parte dos grupos tradicionais do estamento político que, na Guatemala, mantiveram o poder e desconsideraram a aplicação das medidas acordadas. Em El Salvador, após uma anistia inicial a militares envolvidos no assassinato de cinco padres jesuítas, o FMLN alcançou o triunfo em duas eleições presidenciais, mas problemas de corrupção em seus governos permitiram a vitória de Nayib Bukele com as consequências conhecidas.

Para além desses impasses, é necessário recordar que essas Missões de Paz lograram parar as guerras civis sem modificar aspectos estruturais do domínio das classes dominantes. A minha última experiência com o Acnur na Colômbia foi especialmente emblemática por dupla razão: trabalhar com os deslocados internos por um lado e em plena vigência do conflito entre as Forças Armadas (FFAA) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) por outro lado. Os acordos de paz entre essas duas partes só ocorreriam em 2016. Como se sabe, o deslocamento interno na Colômbia alcançou proporções massivas (entre 1985 e 2016, houve na Colômbia entre sete e oito milhões de pessoas deslocadas internas).

Os deslocados internos, categoria semelhante em natureza à do refugiado não fazia parte do mandato do Acnur. A proteção internacional e a atenção humanitária eram aplicadas somente às vítimas que cruzavam fronteiras internacionais. Os deslocados internos eram nacionais sob a proteção de seu Estado e governo, até então com notório abandono. Na Colômbia, os deslocados internos foram contemplados como sujeitos de direito.

De fato, a Colômbia foi pioneira na formulação de um sistema estatal integral de atenção à população em situação de deslocamento, conhecido como Sistema Nacional de Integração da População Deslocada (SNAIPD). Este sistema constou de uma normativa jurídica especial para os deslocados, inspirada nos princípios reitores formulados pela ONU e materializada nas leis 387 e 1.448 de 1997 e 2011 respectivamente. Isso obrigou o Estado colombiano a garantir a proteção, atenção

humanitária e estabilização da população deslocada por razões políticas, sociais derivadas do conflito vigente, desapropriação de terras, mudanças climáticas etc. A Corte de Constitucionalidade do país contribuiu para que o Estado colombiano melhorasse suas políticas públicas de forma estruturada e multissetorial, em particular através da lei de vítimas e restituição de terras. Os programas do governo e do Acnur contemplam: atenção humanitária de emergência (alimentação, alojamento, atenção médica e psicológica), registro da população deslocada (acesso a direitos básicos), programas setoriais de saúde, educação, proteção infantil, apoio às mulheres chefes de família, retorno voluntário aos lugares de origem e reassentamento em novas zonas.

6 CAMPOS INSTITUCIONAIS DE TRABALHO

Toda instância institucional de intervenção profissional contém desafios. Não vamos encontrar, *a priori*, uma única entidade já moldada para recolher resultados sem antes passar pela luta que significa buscá-los. O Serviço Social acadêmico, impulsor decisivo do avanço do Serviço Social nas últimas décadas, também enfrentou e enfrenta forças antagônicas teóricas, institucionais e políticas. Também o Estado e os organismos internacionais se movem predominantemente dentro das camisas de força justificadoras dos interesses dominantes.

Os profissionais de Serviço Social em campos de trabalho assistencial contam agora com crescente material bibliográfico produzido e difundido em livros, revistas, teses acadêmicas de pós-graduação, eventos como a Jornada Internacional Políticas Públicas (JOINPP) centrada nos diagnósticos sociais das políticas públicas. Nota-se que a problemática social enfrentada pelos assistentes sociais em campo é cada vez mais estudada e registrada justamente pelo alcance do diagnóstico estrutural da questão social.

Como foi citado, a grande maioria de marcos institucionais brindam oportunidades que podem contribuir aos objetivos de um Serviço Social transformador. O exemplo da UCMG, Celats e Acnur demonstram isso. O método BH surgiu em um momento de conservadorismo e no decorrer de uma ditadura militar. O Celats trabalhou em uma etapa fortemente pressionado por ilusórios ventos revolucionários que puderam afetar aprendizagens teóricas e estratégias políticas. Também o Acnur foi criado para atender somente refugiados europeus que escapavam da União Soviética. Anos depois, atendeu vítimas africanas dos processos de descolonização e igualmente intelectuais e militantes das ditaduras militares da América Latina.

O Acnur não tem poder para evitar os conflitos que provocam a migração forçada. Tampouco conta com o apoio e recursos requeridos. Os significativos avanços na formulação da legislação internacional são frequentemente vulnerados pelos governantes. Ainda assim, o Acnur e

seus parceiros conseguem seguir salvando vidas, reivindicar direitos e promover segurança humana. Apesar de obstáculos, o Acnur tem ampliado sua cobertura para novos setores de desprotegidos e mantém um discurso de mudança da ONU para cumprir de forma cabal o seu mandato de proteção.

7 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NAÇÕES UNIDAS E A CRISE GLOBAL DA MIGRAÇÃO FORÇADA

É importante fazer algumas poucas considerações sobre a ONU, justamente no momento em que sua crise também reflete o colapso de toda a estrutura de poder que corrói o sistema global. É inegável a necessidade de uma instância internacional com capacidade e força para alcançar os objetivos de paz, desenvolvimento e cooperação internacional que iluminaram os princípios da Carta das Nações Unidas em 1945, e que elimine as contradições de poder desigual com que foi criada.

A principal contradição da ONU está no poder hegemônico que os cinco países vencedores da II Guerra Mundial se atribuíram ao constituírem seu Conselho de Segurança. Esses membros permanentes têm direito de veto sobre decisões cruciais a respeito das guerras, conflitos e da segurança internacional. Os outros 10 membros do Conselho de Segurança, rotativos a cada dois anos, não conseguem impor resolução alguma que afete os interesses dos cinco onipotentes. A Assembleia Geral, que reúne a totalidade dos países, hoje com 193 representantes, tem ampla capacidade de deliberação, mas suas resoluções não são juridicamente vinculantes e seu impacto é estritamente moral no campo político.

Outros órgãos, como a Corte Internacional de Justiça, que resolve disputas internacionais ou julga penalmente transgressores de crimes contra a humanidade, dependem da vontade dos países. Os Estados Unidos, por exemplo, não aceitam fazer parte dela. Sem mencionar aqui outros órgãos constitutivos, a ONU também conta com agências especializadas, programas, fundos e comissões que cobrem uma ampla gama de projetos sociais, econômicos, culturais e humanitários. Se países poderosos podem escapar de medidas que afetam seus interesses e se o funcionamento da instituição depende especialmente de suas contribuições financeiras, é impossível ter um mecanismo de governança internacional com transparência democrática.

Nessas condições, não faz sentido falar em cooperação internacional, mas sim em uma imposição de poder que reproduz a exclusão. O balanço da ONU é muito favorável em relação à normativa que promove a convivência entre as nações, a justiça social, o comércio justo, os direitos humanos, a condenação à violência, os direitos de grupos minoritários, a liberdade de expressão, o multilateralismo nas tomadas de decisão e a implementação de enormes tarefas de desenvolvimento social e de mitigação da dor humana. Mas, paralelamente, a ONU também reproduz mecanismos de

desigualdade econômica e política, fomentando assim a impunidade internacional. O Conselho de Segurança condena rapidamente crimes e genocídios, atos de terrorismo e conflitos regionais, mas não tem permitido sacrificar os interesses das grandes potências presentes nesses atos, o que vem corroendo progressivamente o direito internacional.

Foram muitas as tentativas de modificar essa estrutura desigual do Conselho de Segurança, mas sempre prevaleceu o veto de algum dos cinco países. Novas propostas tampouco visaram eliminar o direito ao veto, mas apenas ampliá-lo a outros países da Europa, Ásia e América Latina, o que tem provocado falta de consenso. Uma reforma radical e maximalista no Conselho de Segurança atual parece impossível, ainda mais nesta época de governo republicano nos EUA. De todo modo, o secretário-geral António Guterres apresentou no ano de 2024 uma proposta (Pacto para o Futuro) aprovada no âmbito da Assembleia Geral. Essa proposta inclusive busca eliminar o direito ao veto quando algum de seus detentores viola os princípios da Carta da ONU.

Embora seja muito difícil avançar nesse caso específico, o documento enumera outros assuntos importantes: eliminação de armas nucleares, controle da corrida armamentista, medidas relativas ao mundo digital em favor da educação, da saúde e dos direitos humanos, além do manejo da IA; regras tributárias mundiais sobre grandes patrimônios; e, certamente, a renovação de compromissos sobre questões climáticas e ambientais, pontos que seriam retomados em novembro de 2025 na COP 30 em Belém. As mudanças propostas nesse Pacto para o Futuro também contemplam uma racionalização de 20 a 30% dos gastos de funcionamento da ONU, a fim de corrigir sobreposições nas tarefas de agências e programas e combater a burocratização.

O tema migratório, por exemplo, foi um dos mais afetados pelos cortes draconianos da ajuda do presidente Trump. O mundo já vinha registrando, nas últimas décadas, um crescimento acelerado de pessoas desarraigadas locadas à força (123 milhões em 2024), entre refugiados, solicitantes de asilo, deslocados internos e aqueles expulsos por crises econômicas, desastres climáticos e intolerância – fenômenos que demonstram o colapso do funcionamento global desequilibrado. As respostas a tais fluxos hoje privilegiam restrições legais para chegar e permanecer nos destinos, incluindo as polêmicas expulsões de migrantes indocumentados. Muros e arames farpados alimentam a xenofobia e o tráfico de pessoas.

Nega-se, na prática, o argumento da contribuição cultural e econômica do migrante, e oculta-se que a maior parte dos migrantes e refugiados que deixam seus países costuma sobreviver em nações vizinhas, também pobres. Os instrumentos jurídicos desse tipo de população, como a Convenção do Refugiado de 1951 ou o Pacto Mundial para uma Migração Segura, Ordenada e Regular de 2018, não contam com a devida aplicação e ficam aquém diante da globalização do fenômeno. A

crise migratória vem crescendo exponencialmente e não é assunto que possa ser resolvido sem o concurso de políticas de caráter integral e global.

A intenção final deste relato, extraído da minha experiência profissional e enquadrado na celebração dos primeiros 100 anos do Serviço Social Latino-Americano, é somar-me muito modestamente ao esforço de tantos profissionais das Ciências Sociais e do Serviço Social em prol de um mundo melhor para a humanidade. Este primeiro centenário do nosso exercício profissional mostra a corrida incontrolável da globalização de nossas vidas. Já passamos por propostas que iam desde a atenção caritativa a indivíduos por grupos particulares, até a incorporação de comunidades, regiões e nações ao raio de ação dos Estados, e os primeiros esboços de governança global. O século XXI exige novas formas de relacionamento baseadas em democracia, equidade social e cooperação solidária, algo que o modelo civilizatório atual não contém em sua natureza.

As crises do sistema atingem países e povos em geral. A crise climática e migratória, o armamentismo e a ameaça nuclear, o consumismo e o desperdício predatório do modelo produtivo, e o futuro imediato de uma tecnologia que tira dos seres humanos a capacidade decisória já são problemas que devem ser enfrentados mediante a cooperação internacional sob um modelo de governança global. Abordar esse enorme desafio em nossas instâncias acadêmicas, em centros de pesquisa e capacitação é um caminho que nos convoca e que constato na gigantesca e qualificada produção da XII Jornada Internacional de Políticas Públicas, em São Luís. Isso nos ajuda a manter viva nossa esperança na capacidade de resistência coletiva diante da voragem da história mundial atual para construir novas utopias políticas e sociais.

REFERÊNCIAS

BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A História pelo Averso**. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

FALS BORDA, Orlando. La investigación-acción en convergencias disciplinarias. In: **Antologia**: Orlando Fals Borda. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010. p. 359-368.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

IGREJA CATÓLICA. **Concílio Vaticano II**, Basílica de São Pedro, Vaticano: 11 de outubro de 1962 – 8 de dezembro de 1965.

IGREJA CATÓLICA. **Segunda Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho** – Celam, Medellín, Colômbia: 24 de agosto a 6 de setembro de 1968.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de (2014). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 40.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 400 p. ISBN 978-85-249-1706-6. **Cuadernos de Trabajo Social**, 36(1), 175-176. <https://doi.org/10.5209/cuts.80810>.

SANTOS, Leila Lima; RODRIGUES, Roberto. Metodologismo: explosão de uma época. *In: Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1985, pp.107-150.

SANTOS, Leila Lima. Participação no Colóquio da XII JOINPP: 100 anos do Serviço Social na América Latina. **Anais (recurso eletrônico)**. XII Jornada Internacional de Políticas Públicas: “imperialismo, colonialismo, racismo e guerras: balanço e perspectivas emancipatórias” 100 anos do Serviço Social na América Latina, de 16 a 19 de setembro de 2025, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2025.
Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/anais.php>.

SANTOS, Leila Lima. Entrevista. Entrevistada por Marilda Vilela Iamamoto. **Revista em Pauta** n. 20, 2007.

ZABALA CUBILLOS, Germán *et al.* **La paradoja de la diferencia**. Corporación de trabajo regional, Emergencia y Solidaridad, 2004, ISBN 958-8003-21-2.